



2671-AL
SANTO-ANDRÉ

HISTORIOGRAFIAS PORTUGUESA E BRASILEIRA NO SÉCULO XX

OLHARES CRUZADOS

JOÃO PAULO AVELÃS NUNES
AMÉRICO FREIRE
COORDENAÇÃO

CIÊNCIAS SOCIAIS E HISTÓRIA: ENCONTRO INSTITUCIONAL¹

HELENA BOMENY²

A escrita deste texto foi provocada por dois acontecimentos – uma cerimônia de formatura e um convite. Em março de 2010, a Escola Superior de Ciências Sociais do CPDOC formava sua primeira turma. Autorizada a funcionar pelo MEC em 2005, a Escola teve suas atividades regulares iniciadas em fevereiro de 2006. Particpei da cerimônia de 2010 como paraninfa da turma. O discurso que proferi motivou, um ano depois, o convite que me foi feito por Américo Freire para escrever o texto com o qual participaria no Seminário Internacional realizado em Coimbra, resultado de uma parceria entre o CPDOC e o CEIS 20, sendo Américo um dos coordenadores. A provocação que me foi feita era de transformar o argumento do discurso para os estudantes em um texto mais detalhado.³

Desde o momento em que recebi o convite dos estudantes, comecei a pensar sobre o que dizer a eles. Que mensagem deveria deixar aos que estavam

¹ Texto escrito para o Colóquio Internacional “Historiografias portuguesa e brasileira no século XX”, organizado pelo Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra, CEIS20, e pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, CPDOC. O seminário foi realizado no período de 14 a 16 de Setembro de 2011, na Faculdade de Letras, da Universidade de Coimbra. Devo um agradecimento especial a Alzira Abreu, Américo Freire, Angela de Castro Gomes, Lucia Lippi Oliveira, Luciana Heymann, Marly Motta e Suely Braga pela leitura atenta e pelas sugestões valiosas.

² Socióloga, professora titular de sociologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); professora e pesquisadora do CPDOC/Escola de Ciências sociais da FGV até 31 de dezembro de 2012. Bolsista de Produtividade CNPq, nível 2.

³ Colóquio Internacional “Historiografias portuguesa e brasileira no século XX”, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 14 a 16 de setembro de 2011.

atravessando o ritual de passagem e deixando a Escola? Eu havia coordenado e feito parte da equipe que concebeu o projeto do curso de Ciências Sociais que fundou a Escola, tendo sido também a primeira coordenadora da Escola em dois mandatos sucessivos, de abril de 2006 a abril de 2010. A formatura coincidia com o término de minha gestão na coordenação. Os estudantes, como eu, saíam de um lugar especial, eles como alunos, eu como coordenadora. Eles tomariam seus rumos levando o que foi possível compreender de uma experiência que nasceu com a turma que naquela ocasião se graduava, mas que continuaria com as demais. Eu deixava a coordenação consciente de que fechava com ela um ciclo de vida em uma instituição dentro da qual passara grande parte de minha juventude e na qual selara relações profissionais e de amizade que perduram até hoje como eixos em minha trajetória pessoal e acadêmica.

Os jovens cientistas sociais que acabavam de receber seus diplomas transitaram rápidos quatro anos em uma Escola que nasceu de uma instituição cuja história, lugar no meio acadêmico, importância intelectual e expressão pública eles, naturalmente, desconheciam. Nem os jovens tinham noção substantiva da instituição que dera origem à Escola, nem nós, pesquisadores e professores do CPDOC dimensionávamos àquela altura o sentido e o impacto de uma Escola sobre a tradição de um Centro de Pesquisa. Verdade que, em alguma instância, a atividade de magistério estava sendo combinada à rotina de pesquisa com o início, em 2003, dos cursos de pós-graduação no CPDOC. Mas são bem distintos os movimentos de graduação e de pós-graduação. São exigências diferentes – mobilização de esforço e habilidades nem sempre sintonizadas.

O argumento que elegi como mensagem aos formandos é o que pretendo recuperar e estender como reflexão neste texto, qual seja, a fundação de um Centro de História por cientistas sociais e a criação de uma Escola de Ciências Sociais em um Centro de História. Este foi o convite que fiz aos formandos como provocação para possíveis e futuras elucubrações.

Nas malhas da memória

Escrever este texto significou percorrer o trajeto de construção de uma narrativa produzida por fragmentos de memórias. Foi resultado da recuperação,

aqui e ali, de pontos, argumentos, justificativas e opiniões que atores distintos têm e tiveram a respeito da feitura de uma instituição – o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas. Trata-se, portanto de memória institucional, sendo eu própria, autora do texto, parte dessa construção. Meu ingresso como pesquisadora no CPDOC data de janeiro de 1976, e o Centro havia sido criado em junho de 1973. Estabeleci como recorte o período que compreende a fundação do CPDOC e a criação da Escola Superior de Ciências Sociais, ou seja, 1973 a 2005.

O comentário acima tem o sentido de advertência ao leitor. São já parte da literatura contemporânea sobre memória os limites para os quais é preciso estar atento quando dela nos apropriamos como objeto de exercício intelectual. Memória, individual ou coletiva, se funda em lembranças que se articulam e se organizam em informações que reforçam conteúdos específicos de uma narrativa que se quer dotada de sentido e de coerência. Memórias são bem recebidas e incorporadas quando são convincentemente persuasivas. Nesse processo, de forma deliberada ou incontrolada, inclusões e exclusões são processadas; omissões são cometidas, com ou sem intencionalidade, silêncios são despercebidos, embora repletos de mensagens, dados são expostos no intuito de conferir confiabilidade e interesse no interlocutor. Nesse movimento, é inevitável a parcialidade a respeito do que se elegeu como "memorável" ao processo de construção da narrativa. É uma consequência quase inevitável. Os artifícios de construção da memória conectam-se com subjetividades em toda a riqueza que possam oferecer, mas com toda a imprevisibilidade de que são portadoras as manifestações da subjetividade. Isso significa que tal relato poderia tomar outra forma fossem outros os autores de sua escrita. Fosse outros os sentimentos que provocaram tais lembranças. Outros fossem os atores autores de sua construção. Memória é expressão afetiva de feitos passados que queremos salvaguardar. Daí a conexão tão estreita entre memória e subjetividade.

Tomada apressadamente, tal advertência pode sugerir que reconstruções de processos coletivos sejam fortemente comprometidas em sua própria proposição. Sim e não. Sim, se entendemos que a intenção e/ou a ambição dos autores ao apresentarem suas lembranças é reconstituir o fenômeno como o que "realmente aconteceu", revestindo-se assim da autoridade de verdade

revelada em sua inteireza. Não, se com a recomendação weberiana aderirmos ao princípio segundo o qual esta é uma das maneiras possíveis de nos aproximarmos de um fenômeno coletivo, o que significa que estaremos sempre diante de um resultado provisório, inevitavelmente parcial e incompleto. Sempre poderemos nos surpreender com um ponto de vista distinto, com outra prova, uma informação ou um conjunto de dados que nos exija depuração e maior razoabilidade à interpretação sugerida. Toda reconstrução implica recuperação de lembranças selecionadas. Dificilmente seria possível imaginá-la sem o artifício da memória. A memória é matéria constitutiva das construções reflexivas. Mas toda lembrança é aproximação. A memória, portanto será sempre parcial, incompleta, superável, porque seletiva. É nesse jogo de incorporação necessária e consciência de sua limitação que tentarei me mover no objetivo de recuperar o trajeto institucional de um Centro, valendo-me de lembranças diversas, mas convencida de que não estarei tocando em boa parte das possibilidades de interpretação diferentes das que aqui exporei. Disputas e competições recorrentes não terão o espaço requerido em uma reconstrução mais profunda. A ambição foi menos exaustiva: trata-se de apresentar linhas que definem a singularidade de um Centro de História pensado e construído com fios das Ciências Sociais⁴.

De longe, pensando o Brasil

O Brasil do início da década de 1970 atravessava um clima político irrespirável. Atmosfera pesada de repressão, cerceamento à liberdade e ao acesso à informação pelo aparelho repressivo do regime civil-militar que, desde o Golpe de 1964, controlava politicamente o país. Dos 25 anos de autoritarismo é possível extrair um consenso razoavelmente consolidado na historiografia, e entre os analistas políticos, a respeito desse momento, início dos anos 70, como o mais radicalmente opressor de todo o regime autoritário (1964-1985).

⁴ Assumo neste texto uma divisão razoavelmente consensual no Brasil de incluir nas Ciências Sociais as áreas de Sociologia, Antropologia e Ciência Política. Os historiadores compõem um campo distinto neste arranjo, o que acaba se refletindo inclusive em uma divisão intelectual do trabalho com repercussão na comunidade acadêmica.

Entre 1969 e 1974, o general Emílio Garrastazu Médici (1905-1985) esteve à frente do governo marcado pela escalada de repressão, prisões, torturas e mortes nos porões dos presídios brasileiros.

O período Médici compôs a conjuntura que ficou conhecida como “Anos de Chumbo”. Esta é uma expressão importada da Europa Ocidental do período entre 1968 e final da década de 70 relacionada com a Guerra Fria e a *estratégia de tensão* - conjunto de ações criado para provocar insegurança na população e justificar a implantação de um Estado policial. Tal estratégia extravasou para países do Cone Sul ficando associada aos regimes políticos radicalizados na repressão às manifestações da sociedade civil e perseguição implacável aos que ousavam se opor ao poder constituído.

O governo Médici combinou traços incomuns aos governos militares do período da ditadura no Brasil. A utilização maciça de propaganda enaltecendo e exacerbando o sentimento de patriotismo; a utilização de efeitos midiáticos como os que envolveram a celebração da vitória do Brasil na Copa do Mundo de 1970 e o fortalecimento do slogan *Brasil Grande*, corolário do que a opinião pública classificou como “milagre brasileiro”. Acionavam-se, ideologicamente, como sustentáculos do “milagre” o crescimento acelerado da economia, a construção das grandes rodovias como a Transamazônica, Santarém-Cuiabá, a Perimetral Norte, os incentivos fiscais à indústria e à agricultura, a construção da Ponte Rio-Niterói, a baixa inflação, tudo o que, constituindo-se no inusitado em um país subdesenvolvido, confirmaria a classificação de “milagre”. Mas o milagre não admitia transgressões nem contrariedades. Quem não estivesse satisfeito, que se mudasse. *Brasil, ame-o ou deixe-o* era a marca da campanha publicitária que não perdoava quem a ofendesse. De tudo se apropriava a propaganda governamental com o objetivo de salientar os efeitos da aceleração – construir casas populares através do Banco Nacional de Habitação (BNH), alfabetizar em massa pelo movimento de alfabetização MOBRAF, desenvolver em passos largos o que era considerado estratégico ao desenvolvimento. Já no final da década de 1970, a sustentação do milagre se mostrou pouco vigorosa. A realidade foi, progressivamente, comprometendo os indicadores utilizados para evidenciar o grande progresso, e as agruras do mundo profano punham em evidência a insustentabilidade da ideologia do milagre.

Pois foi nesse momento em que no Brasil as ideias circulavam com mais interdição do que índices econômicos, nem sempre confiáveis, que um grupo restrito de cientistas sociais especulava em Paris sobre a possibilidade de construir um espaço institucional dedicado ao cuidado e ao tratamento da documentação e da pesquisa histórica do Brasil contemporâneo. Um grupo de mulheres – vale o registro – todas comprometidas com o campo das Ciências Sociais refletia sobre as contingências da história do Brasil naquele contexto de autoritarismo. Uma delas liderava a articulação em torno da proposta de criação de um centro. Era ela Celina Vargas do Amaral Peixoto, neta do presidente Getúlio Vargas, filha única de Alzira Vargas do Amaral Peixoto e de Ernani do Amaral Peixoto. Celina Vargas do Amaral Peixoto, Aspásia Camargo e Alzira Abreu compuseram a equipe que, informalmente, de Paris, conjecturava sobre as possibilidades de associar informação com pesquisa em tempos de cerceamento à informação e à pesquisa. Em depoimento concedido à Maria Celina D’Araújo, Celina Vargas volta um pouco atrás, ao período de universidade, na PUC do Rio de Janeiro, onde, “uma geração de alunos tinha uma forte preocupação social e um grande interesse em conhecer melhor o país”. Naquela época, completa ela, “o conhecimento passava muito pela teoria. Havia aulas de marxismo, de ciência política americana, de teorias da modernização, mas na verdade não se estudava o país...” A ambição de certos estudantes daquela geração, entre os quais destaca o nome de Lucia Lippi Oliveira, colega de turma, era associar as duas coisas, teoria e conhecimento da realidade. Celina atribuiu ao cuidado de sua mãe com os papéis de Getúlio o empenho - que foi também por ela cultivado - pela guarda dos documentos. “É claro que tudo isso passava fortemente pela dedicação de minha mãe, uma pessoa com a enorme preocupação de guardar toda aquela documentação, que tinha, inclusive, privilégios especiais na nossa casa, acima de qualquer outro bem material...”⁵ Herdeira da preocupação de guardar aquele acervo, mobilizou-se com o pequeno grupo de sua geração para constituir-lo em uma instituição.

⁵ Cf. *Fundação Getúlio Vargas: Concretização de um ideal*/ Org: Maria Celina D’Araújo. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999, 334 p, p.228.

A História iluminando a Sociologia

A mobilização pela criação de um centro de pesquisa e documentação teve na conjuntura política uma forte aliada. A geração intelectual impactada pelo Golpe de 1964 não se despreendeu de indagações a respeito do que havia sucedido. Por que não foi possível prever o Golpe? Por que o movimento pelas reformas não deu certo? Por que as massas não se mobilizaram pela causa que sustentou os movimentos sociais ao longo dos anos 60? Que relação o ocorrido poderia ter com uma tradição brasileira ainda por desvendar? Como entender o que se passara? Como explicar a vitória da reação, do atraso, da direita? O conhecimento do passado se constituiria na chave para responder às importantes inquietações daquele presente, resumizou Lucia Lippi Oliveira em conferência proferida em 26 de agosto de 2011 em atividade promovida pelo Laboratório de Pensamento Social (LAPES), do CPDOC.⁶ Registros históricos em fontes documentais seriam um passo importante na reconstrução de um passado que poderia iluminar e responder a indagações do presente. Se as questões eram sociológicas, o trajeto de seu enfrentamento era traçado pela História.

Ao lado de todo esse conjunto de perguntas, havia uma particularidade a envolver Celina Vargas. Como neta do ex-presidente Vargas, Celina conviveu com uma rotina particularmente incômoda. A casa de sua mãe, guardiã do acervo documental de seu avô, Getúlio Vargas, era frequentada com certa regularidade por pesquisadores estrangeiros e por um seletivo grupo de brasileiros, historiadores em sua maioria, interessados nas fontes documentais armazenadas nos quase vinte anos de governo Vargas: 15 no primeiro governo (1930-1945) e três e meio no segundo (1951-1954), interrompido com o suicídio do presidente. O acervo, considerado estratégico à compreensão do processo histórico de constituição do Estado nacional brasileiro, era fonte de interesse de pesquisadores nacionais e estrangeiros, entre os últimos, principalmente dos norte-americanos, conhecidos no Brasil como *brasilianistas*. Duas questões se punham progressivamente: a indisponibilidade do acesso à

⁶ *Ateliê do Pensamento Social*, promovido pelo Laboratório de Pensamento Social (LAPES) do CPDOC. Rio de Janeiro, CPDOC, 26 de agosto de 2011.

documentação pelos pesquisadores brasileiros, uma documentação que deveria ser pública, indisponibilidade provocada pela interdição política ao exercício intelectual livre e, também a constrangedora, mas compreensível seletividade de visitas ao acervo por se tratar de uma residência privada, o sagrado espaço doméstico. Os que, por alguma razão, nem sempre pública, tivessem o privilégio de serem recebidos na residência da guardiã dos papéis ali guardados, podiam ensaiar uma leitura assistemática de parte da documentação armazenada. Os que não, teriam que se contentar com o que se produzisse a partir de outros expedientes de pesquisa. A interdição ao acesso a uma documentação que deveria ser pública talvez tenha sido um dos mais fortes estímulos para o empenho em criar um espaço onde tais consultas fossem relacionadas ao interesse acadêmico e não, resultado de concessão/distinção pessoal. Os arquivos privados guardam, inequivocamente, as características mescladas de abertura ao público sob a regência de seus “donos” – uma tensão já registrada em muitos estudos, entre os quais, o belo trabalho de Leticia Nedel, “A guardiã da verdade”, publicado em 2010.⁷

Mobilizadas por todas essas circunstâncias, as sociólogas amadureceram a ideia de criar uma instituição que viabilizasse a preservação da memória política nacional brasileira. E a disponibilizasse publicamente. Foram as cientistas sociais, junto de uma equipe imediatamente constituída e ampliada, que formou um Centro de História. Duas circunstâncias especiais contaram favoravelmente. O fato estratégico de ser a principal proponente, Celina Vargas, herdeira do grande acervo, e ainda, de ter como interlocutor Luiz Simões Lopes que presidiu a Fundação Getulio Vargas (FGV) no longo período que foi da criação da instituição, 1944, até sua morte, em 1994. Relações de lealdade e fidelidade a Getulio marcaram a trajetória política daquele que recebeu do presidente da República a responsabilidade pela direção da FGV. Luiz Simões Lopes (1903-1994), nascido em Pelotas, Rio Grande do Sul, foi nomeado chefe do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), cargo de confiança do presidente da República, órgão criado com o objetivo de racionalizar e integrar o serviço público nacional e qualificar o funcionalismo.

⁷ Cf. Leticia Nedel, “A guardiã da verdade”. Em: Marieta de Moraes Ferreira (org). *Memória e identidade nacional*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, pp. 125-158.

Quando, em dezembro de 1944 é criada a Fundação Getúlio Vargas com o projeto específico de promover a formação de pessoal qualificado para a administração pública, a presidência da instituição foi entregue a Simões Lopes que mantinha com o presidente Vargas os mais estreitos laços de lealdade e cooperação. Ao final do governo Vargas em 1945, Simões Lopes teve que deixar a presidência do DASP e a Fundação acabou sendo sua exclusiva dedicação. O depoimento por ele concedido para a escrita de um livro sobre a FGV ilustra a proximidade entre o depoente e o presidente Vargas:

Surgiu então a ideia de criar uma instituição, e eu disse ao dr. Getúlio: "Acho que não devemos estabelecer desde já o tipo de organização que vamos criar. Vamos fazer uma coisa cheia de nuances, que possa mudar de um lado para o outro. Proponho que o senhor faça um decreto autorizando o presidente do DASP a promover a criação de uma instituição com tais e tais fins, mas deixando a forma, a estrutura da instituição, um pouco vaga". O dr. Getúlio assinou esse decreto, elaborado por nós, com uma autorização tão ampla que eu podia escolher a forma que quisesse. Poderia fazer uma fundação, uma autarquia, isso ou aquilo. Mas eu já tinha mais ou menos na cabeça que a melhor ideia era criar uma fundação, porque eu queria fazer o que consegui fazer, ou seja, trazer para cá as empresas privadas. Fiz uma instituição que na realidade era criada e mantida pelo governo, com dinheiro do governo, mas, ao mesmo tempo, criei uma assembleia geral. Falei com cerca de 500 pessoas, físicas e jurídicas, da melhor categoria no Brasil, e trezentas e tantas concordaram em pagar uma contribuição para serem membros da assembleia. Como eu não queria um organismo claramente estatal dei uma forma dupla à instituição. Criei uma coisa um pouco esquisita: uma fundação que, finalmente, é do governo, mas parece privada, já que o seu órgão supremo é a Assembleia Geral. Desde 1944 reunimos anualmente a nossa Assembleia Geral – alguns já morreram, mas outros entraram – e apresentamos as nossas contas. É a Assembleia Geral que examina as contas, elege o presidente, o Conselho Diretor etc...⁸

⁸ *Fundação Getúlio Vargas. Concretização de um ideal.* Maria Celina D'Araújo (org). Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999: p.14)

Da confiança vinda com a proximidade, Celina Vargas reivindicou uma sala para levar para a FGV o acervo de Getúlio Vargas. Assim nascia o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), em 25 de junho de 1973. Institucionalmente, por proposta de Simões Lopes, presidente da FGV, o CPDOC ficou subordinado ao Instituto de Direito Público e Ciência Política (Indipo). O Núcleo de Direito Público foi criado em 1947 por Themístocles Cavalcanti que trouxe como membros permanentes Carlos Medeiros Silva e Olavo Bilac Pinto. Funcionou como Núcleo até 1952 quando foi transformado no Instituto de Direito Público e Ciência Política (IDPCP). Em 1973 – ano da criação do CPDOC - o Instituto, mantendo a mesma denominação, passou a atender pela sigla Indipo. Estando de origem subordinado a um Instituto, o CPDOC recebeu a denominação de Centro. No organograma da Fundação Getúlio Vargas, havia como unidades as Escolas (de Administração e de Economia) no Rio e em São Paulo, e os Institutos. À época da criação do CPDOC, o Indipo era dirigido por Themístocles Brandão Cavalcanti (1899-1980), jurista que foi Procurador-Geral da República e Ministro da Corte Suprema. Além de Cavalcanti, o Indipo esteve sob a direção de Afonso Arinos de Melo Franco, no período de 1980 a 1985, data em que o vínculo institucional do CPDOC com o Indipo se desfez.⁹ O CPDOC passa a ser mais uma unidade da Fundação Getúlio Vargas, e como tal, deveria produzir e administrar seus recursos financeiros, humanos e políticos.

O CPDOC nasceu com e sob o beneplácito da relação pessoal, fincada em laços de confiança e lealdade, marcas indeléveis da cultura política brasileira. A fusão de tais intenções e contingências resultou na eleição da história política como eixo em torno do qual grande parte das atividades ali ensaiadas ganhava musculatura, continuidade e sistematização. A articulação de atores

⁹ “No início era uma coisa meio capenga, eram poucas as pessoas contratadas, porque o orçamento que a Fundação nos dava era muito baixo. Mas nesse momento chegamos a cerca de 100 pessoas, uma coisa enorme. Foi aí que fui chamada de expansionista. Ficamos maiores que o INDIPO, instituto hierarquicamente superior, que tinha umas 20 pessoas no máximo. Até que um dia fui ao dr. Simões e disse que não tinha mais sentido ficar subordinada ao dr. Afonso Arinos, que sucedera ao dr. Themístocles na direção do INDIPO”. (Depoimento de Celina Vargas para o livro *Fundação Getúlio Vargas*. Concretização de um ideal. Maria Celina D’Araújo (org). Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999:235)

políticos estratégicos em movimento povoava os milhares de papéis à espera de tratamento, organização e disponibilização ao público.

Assim, o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) teve na Fundação Getulio Vargas o espaço institucional, e no arquivo Getulio Vargas, sua âncora. Mas tão logo recebeu o arquivo Vargas, a direção do Centro empreendeu um esforço imediato e bem sucedido, de incorporar outros arquivos.¹⁰

Os arquivos funcionaram como âncoras, mas também, fontes de desconfiança. Em uma conjuntura de autoritarismo, e em um ambiente intelectual onde predominava o estruturalismo nas Ciências Sociais e na História, justificar academicamente a criação de um Centro de pesquisa histórica por cientistas sociais, com ênfase em História Política, gerava resistências e críticas de ambos os campos, da História e das Ciências Sociais. Cuidar do acervo privado da elite política soava estar em consonância com a própria elite política. Espécie de deferência aos mais privilegiados em um país de desigualdades e concentração de rendas e privilégios abissais. Perceber processos e conjunturas pelo trajeto de atores políticos não tinha à época o espaço de legitimação que ora habita os estudos historiográficos, sequer os sociológicos. É o que nos mostra o depoimento de Marieta de Moraes Ferreira:

Ao ser criado em 1973, o CPDOC contou sem dúvida com algumas condições favoráveis: foi abrigado por uma instituição prestigiosa como a Fundação Getulio Vargas e foi beneficiado pelo movimento então em curso de expansão da pós-graduação em ciências sociais e história, bem como de estímulo às atividades de pesquisa e documentação. Por dispor de um projeto de trabalho

¹⁰ “... Eu sabia que a instituição não seria reconhecida academicamente enquanto não tivesse o respaldo de outros arquivos, que só o arquivo Vargas não a legitimaria. Então, comecei a trabalhar seriamente na obtenção de outros arquivos..”. (Celina Vargas, depoimento para o livro *Fundação Getulio Vargas. Concretização de um ideal*, op.cit, p. 230)

consistente e de um sólido patrimônio documental inicial, o CPDOC não demorou a obter recursos financeiros junto a entidades como a Fundação Ford ou a agências governamentais como a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). No entanto, exatamente por se definir como um centro voltado para o estudo da história política recente do país, que valorizava o papel dos indivíduos e privilegiava, como fontes, os arquivos privados pessoais e os depoimentos orais, o CPDOC viu também o seu projeto acadêmico ser alvo de questionamentos. Aos olhos de muitos, parecia que tinha escolhido avançar na contramão da história que então se fazia no país. (Ferreira, 2003:7)

O CPDOC vinha na contramão da história que se fazia, e também, das Ciências Sociais que se institucionalizavam sob a inspiração de metodologias de trabalho e modelos de pesquisa resistentes ao formato que ali se ensaiava. Não só a conjuntura política favorecia a crítica aos estudos sobre elite política. A própria Fundação Getúlio Vargas, como bem salientou Simões Lopes na citação que reproduzi anteriormente - *uma fundação que, finalmente, é do governo, mas parece privada, já que o seu órgão supremo é a Assembleia Geral* – despertava desconfiança da comunidade acadêmica de historiadores e cientistas sociais pela tradição fortemente associada à Administração, à Economia e aos negócios do governo.

O CPDOC, portanto, definiu como seu principal eixo de estudos a história política. Tal orientação pode ter sido, também em parte, estimulada pela presença de historiadores norte-americanos, os chamados *brasilianistas*, muitos dos quais, freqüentadores assíduos da casa de Alzira Vargas guardião do arquivo do pai, Getúlio Vargas. O interesse dos historiadores pela história política e pelo período da Primeira República, e a metodologia valorizada de trabalho com fontes documentais distinguiram a contribuição dos *brasilianistas*, e atraíam, por isso mesmo, a crítica e o olhar de desconfiança por parte tanto da comunidade de historiadores, quanto da de cientistas sociais.

Mas a recuperação histórica brasileira implicava ainda em desvendar a esfinge para a compreensão do que se constituía no país como ideário de Nação. Quem formulou historicamente os projetos de nação? Que percursos e percalços teriam que enfrentar aqueles e aquelas quando o desafio era entender por que o país dava ou não dava certo? Onde estavam os erros? Em

que nos distinguíamos como originais? Política e cultura logo se entrelaçaram e a instituição foi sendo construída com uma convicção que encontrou amparo em muitas tradições teóricas no campo da História, mas igualmente, no das Ciências Sociais. Ao lado da recuperação do trajeto das elites políticas, outro acervo foi sendo construído, catalogado e tratado analiticamente – a produção bibliográfica do que se produziu a respeito do Brasil. Os intelectuais que formularam interpretações sobre o país deixaram nos livros, manifestos, revistas, materiais de imprensa e registros culturais projetos concorrentes de nação, diagnósticos nem sempre consensuais a respeito dos problemas e das possibilidades de construção de identidade nacional. Os temas fundadores da ordem republicana brasileira e do impacto de 1930 sobre seu ordenamento foram recuperados na vasta produção bibliográfica que se constituiu nos projetos de pesquisa concentrados na linhagem das trajetórias intelectuais, e no banco de referência histórico-biográfico. A *Brasiliana* e o *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* (DHBB) corporificaram como projetos o complemento ao esforço de reconstrução do período pós 1930. O primeiro projeto, *Brasiliana*, foi proposto por Aspásia Camargo e coordenado por Lucia Lippi Oliveira que ingressara em 1976 no CPDOC; o *Dicionário* foi coordenado por Israel Beloch e Alzira Abreu, e anos depois, apenas por Alzira Abreu.

Do projeto *Brasiliana* se criou uma das linhas tradicionais de pesquisa no CPDOC – Pensamento Social Brasileiro – tendo tido influência decisiva na criação do Grupo de Trabalho da ANPOCS com este nome¹¹; da experiência do *Dicionário*, todo um programa de pesquisa se seguiu para produção de obras de referência disponibilizadas sucessivamente desde a publicação original do *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Ao lado desses dois grandes projetos, uma nova maneira de construir fontes historiográficas se ensaiava com pioneirismo no CPDOC. Aspásia Camargo iniciava o Programa de História Oral, defendendo o argumento segundo o qual depoimentos orais são fontes com estatuto de validade como outra fonte convencional a demandar método de trabalho e rigor no tratamento como toda fonte historiográfica

¹¹ Pesquisadoras do CPDOC compuseram o grupo que criou o GT Pensamento Social Brasileiro na Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS).

exige para proveito e interesse na interpretação de acontecimentos da história e da vida social. A entrevista que concedeu recentemente recupera a motivação original do empreendimento e valor da nova metodologia:

...Eu estava querendo reconstituir o campo político das elites, entendendo por elite (...) as pessoas que tomavam as decisões, que tomaram decisões estratégicas, no curso desse processo tumultuadíssimo da história brasileira. Então a idéia de estudar elites políticas pela via da história oral causava urticária e repulsa a muita gente. E aí começou uma discussão incrível sobre metodologia. E, na verdade, todo o esforço que eu fiz foi introduzir a história de vida como instrumento de... Não só de orientação da coleta do material, porque se não tiver alguma coisa consistente você pode ouvir qualquer coisa... Porque a única história que você pode contar mais ou menos direito é a sua, as outras, você vai dar uma contribuição aqui, outra ali, mas você pode estar dizendo coisas também distorcidas. Então a idéia da história oral é que a história oral era um instrumento de controle da informação, porque uma pessoa não pode mentir sistematicamente sobre a sua própria vida durante muitas horas, em algum momento, ela vai se atrapalhar; e a segunda era que não bastava uma entrevista, era preciso ter um grupo de entrevistas correlatas, para poder te dar uma visão do campo, do campo político. E isso era tão importante porque, de fato, eu ouvi, nós ouvimos aqui, o CPDOC ouviu, por essas gravações, coisas inacreditáveis; de Amaral Peixoto e Cordeiro de Farias dizerem a mesma coisa, olhando para os acontecimentos com o sentido contrário (...) ¹².

Completando os eixos de investimento acadêmico originais, uma linha de pesquisa, construída e coordenada pelo historiador Gerson Moura tratava das Relações Internacionais e da Política Externa Brasileira com um tipo de pesquisa pioneira no cruzamento de questões e documentação histórica específica. Tal cruzamento entre pesquisa e documentação produziu um núcleo de

¹² Aspásia Camargo, entrevista concedida para o Projeto Cientistas Sociais em Países de Língua Portuguesa: trajetórias de vida. Cpdoc, coordenação de Celso Castro. Cf. <http://cpdoc.fgv.br/cientistassociais>

investigação e uma equipe jovem que contou com a atuação de intelectuais ainda hoje referências no campo das Relações Internacionais: Mônica Hirst, Letícia Pinheiro, Paulo Wrobel, Alexandra de Mello e Silva, entre outros, tiveram sua atuação registrada no CPDOC sob a coordenação de Gérson Moura. A morte súbita de Gérson em 1992, e um período de graves limitações financeiras da FGV foram decisivos para a solução de continuidade de um campo de trabalho que já deixava sua marca na instituição.

Um centro de memória fazendo história e ciências sociais

Os questionamentos dirigidos ao CPDOC encontravam frequentemente, ressonância dentro da própria instituição. Não era possível falar em consenso entre os pesquisadores. Um conjunto de jovens em processo de formação acadêmica, mobilizados politicamente, comprometidos com a alteração dos rumos de uma sociedade prisioneira do autoritarismo, manifestava-se criticamente sobre as escolhas intelectuais que poderiam advir da eleição de história política em um momento intelectual onde predominavam os paradigmas estruturais, de matriz crítica. O consenso possível vinha não tanto das escolhas intelectuais ou da definição do campo de pesquisas, mas da resistência aos procedimentos impostos pelo regime autoritário e a crítica aos excessos do regime ditatorial. Os pesquisadores, ainda com certa predominância de mulheres, uniam-se para enfrentar a agressão externa. Em certo sentido, o grupo mobilizado como grupo e identificado pela inclinação à esquerda do espectro político destoava do ambiente da FGV. Na fase inicial, até meados da segunda década de fundação, prevalecia certa homogeneidade da equipe. Grande parte dos pesquisadores encontrava-se ainda em processo de formação, nos cursos de mestrado e de doutorado, este último entrando na agenda em meados dos anos 80. O Centro se formava junto com seus pesquisadores. Uma primeira exposição pública de efeito mais prolongado se deu em setembro de 1980 em um grande seminário promovido pelo CPDOC a propósito dos cinquenta anos da Revolução de 1930. Patrocinado pela CAPES, CNPq e Fundação Ford, o encontro atraiu a presença de intelectuais importantes, entre os quais Alzira Abreu, Angela de Castro Gomes, Aspásia Camargo, Elisa Reis, Gérson Moura, Lucia Lippi Oliveira e Simon Schwartzman, pelo CPDOC, mas também Alberto Guerreiro Ramos,

Bolívar Lamounier, Carlos Dias Alejandro, Daniel Levy, Daniel Pécaut, Edmundo Campos Coelho, Frank D. McCann, Hélgio Trindade, Joseph Love, José Murilo de Carvalho, Luciano Martins, Luis Antônio Cunha, Maria Hermínia Tavares de Almeida, Maria Regina Soares de Lima, Ricardo Antônio Silva Seitenfus, Robert Levine, Sérgio Miceli, além de convidados debatedores, entre os quais, Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Assis Barbosa e Guilherme O'Donnel. Se considerarmos o tempo de existência do CPDOC à ocasião de realização do Seminário Internacional – sete anos – e a expressividade dos intelectuais que compareceram, não seria exagero eleger tal atividade como marco de institucionalização acadêmica de um centro que acabou sendo consolidado como guardião da memória política brasileira e especializado no período histórico que teve na Revolução de 1930 sua referência fundamental. Os resultados do seminário foram editados e publicados pela Editora da Universidade de Brasília em 1982. O volume substancial de 722 páginas evidencia o interesse do debate sobre caminhos e descaminhos da formação do Estado Nacional brasileiro, os dilemas da nação, os embaraços e desafios políticos e intelectuais permanentes em uma análise histórico-sociológica do país.¹³ O início da década de 1980 estava marcado pelo início da transição para a democracia, por certo abrandamento da repressão política e pela inquietação dos intelectuais a respeito da configuração política em pauta depois de duas décadas de autoritarismo. O retorno analítico ao passado fazia novamente sentido na conjuntura dos anos 80, e a contribuição do CPDOC com as pesquisas sobre a conjuntura do pós 1930 servia de pano de fundo às discussões e debates que transcorreram naquele encontro e que foram disponibilizadas com a publicação.

Os cinquenta anos da Revolução de 1930 motivaram a produção, também pioneira, de exposições com base em documentação histórica. O acervo fotográfico, parte dos arquivos confiados ao CPDOC, começou a ser exposto ao público em pelo menos duas oportunidades assinaláveis: a primeira com a exposição sobre a Revolução de 30, realizada na Galeria de Fotografia da Funarte, em 1980. O catálogo da exposição, editado pela Nova Fronteira, teve

¹³ Cf. *A Revolução de 30: seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro, setembro de 1980. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982. 722 p. (Coleção Temas Brasileiros, 54).

como título *A Revolução de 1930 e seus antecedentes*. A segunda exposição tratou do acervo visual disponível nos arquivos sobre a Revolução de 1932 em São Paulo. A exposição foi realizada na Galeria de Fotografia da Funarte, e o catálogo intitulado *Revolução de 32: a fotografia e a política* foi produzido pela Funarte e disponibilizado por ocasião da exposição em 1982. Ainda como parte do conjunto de exposições históricas nessa primeira década do CPDOC, uma terceira exposição no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro foi realizada de 19 de abril a 22 de maio de 1983, tendo como motivação o centenário de Getúlio Vargas. Um acontecimento inusitado marcaria a terceira exposição. A certidão de nascimento de Getúlio Vargas havia sido falsificada. A data certa era 1882, e o centenário deveria, portanto, ter sido celebrado um ano antes. Para grande constrangimento dos organizadores, o fato foi divulgado na ocasião pela Rádio Pam que descobriu e divulgou a falsificação. A despeito do inesperado, manteve-se com mais uma exposição o esforço, até então inédito, de combinar história com fotografia e de tratar imagens como documentos e fontes historiográficas de forte apelo intelectual e acadêmico.

Com tais investimentos originais que se instituíram em bases estruturais no decorrer do tempo, o CPDOC chegou aos dez anos em 1983. O foco dessa primeira celebração pública foi a reunião em um ambiente festivo dos representantes das instituições de pesquisa e das agências de fomento do Rio de Janeiro. O apoio original da Fundação Ford foi substancialmente reforçado pelo financiamento continuado proveniente da FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos – órgão do Ministério do Planejamento que, ao longo de toda a década de 1970 e início da década de 1980 apoiou instituições de pesquisa e pós-graduação com programas de formação em ciência e tecnologia no país.¹⁴ Não deixa de ser interessante e de merecer registro a participação decisiva da FINEP no desenvolvimento das ciências sociais no Brasil, quer pelos centros de pesquisa, quer pelos programas de pós-graduação em uma conjuntura de exceção. Um órgão de governo do regime autoritário que

¹⁴ A importância da Fundação Ford no estímulo e apoio à formação de instituições acadêmicas e programas de pós-graduação tem sido objeto de estudo dos que tratam da recuperação dos processos de institucionalização das ciências sociais. Veja, entre outros, Lucia Lippi Oliveira, "As ciências sociais no Rio de Janeiro. In: Sergio Miceli (Org.). *História das ciências sociais*. São Paulo: Sumaré, 1995, v.2, p.233-307.

definiu como prioridade o apoio à ciência e à tecnologia não excluiu do campo de desenvolvimento científico a área das ciências sociais e humanas. Graças ao apoio continuado e institucional da FINEP, o CPDOC pôde manter a atividade de pesquisa e apoiar a formação de seus pesquisadores. A descontinuidade do apoio FINEP no formato original de apoio institucional deixou o Centro em situação de maior vulnerabilidade dentro da própria Fundação Getúlio Vargas. A década que se seguiu à primeira desafiou o Centro em múltiplas direções. As pesquisas continuavam, o acervo era progressivamente ampliado, os resultados dos trabalhos começavam a ganhar visibilidade, e o próprio Centro começava a ser reconhecido como um espaço de pesquisa que cuidava de um campo de investigação que não encontrava ressonância no campo da historiografia vigente, e sequer no das Ciências Sociais. O CPDOC já se apresentava como algo diferente do usual. Nem tão aceito e reverenciado academicamente, mas certamente, uma instituição que produzia, e que paulatinamente se impunha nos circuitos nacionais e internacionais. Às vésperas de completar os vinte anos em 1993, o CPDOC atravessava a situação perturbadora de ver-se reconhecido como Centro de Pesquisa e Documentação em processo acelerado de consolidação e visibilidade nacional e internacional, e de estar permanentemente ameaçado de não conseguir manter seu quadro de pesquisadores. A crise econômica se aprofundava no país e o CPDOC não estava sendo capaz de produzir recursos suficientes para se manter por meio de atividades fins de pesquisa histórica e de ciências sociais. O início da década de 1990 já marcava a crise profunda que afetaria não apenas o CPDOC, mas toda a Fundação Getúlio Vargas. As instituições de pesquisa viveram o baque da saída da FINEP de seus orçamentos, algumas resistiram alterando substancialmente suas rotinas de trabalho – o CPDOC foi uma delas – outras, sucumbiram perdendo seu espaço e, em alguns casos, descontinuando suas atividades. O CPDOC nessa conjuntura se articulou para combinar novas formas de produzir bens culturais que tivessem algum apelo de mercado com a manutenção de suas próprias linhas de investigação, as que definiram sua própria identidade institucional e acadêmica.

A comemoração dos vinte anos confirmou certa consolidação. Convidados internacionais vieram se juntar aos nacionais para conhecer o CPDOC de que ouviam em suas próprias instituições de origem. Já havia à época um

acúmulo intelectual e um acervo documental capazes de despertar a atenção de interlocutores nacionais e internacionais. Um número especial da Revista *Estudos Históricos* - criada em 1988 por iniciativa de Lucia Lippi Oliveira e Angela de Castro Gomes - marcou o evento. *CPDOC 20 Anos* foi o tema do volume 7, número 13, lançado em 1994. Os títulos dos artigos publicados e os autores que os assinaram são indicações da consolidação das linhas e orientações intelectuais fundadoras que consolidaram academicamente a instituição. E os autores são exemplares da visibilidade e do reconhecimento nacional e internacional que o CPDOC já podia exibir. Senão, vejamos: René Remond, "Por que a história política?"; Hayden White, "Teoria literária e escrita da história"; Luciana Duranti, "Registros documentais contemporâneos como provas de ação"; Charles Dollár, "Tecnologias da informação digitalizada e pesquisa acadêmica nas ciências sociais e humanas: o papel crucial da arquivologia"; Pierre Sorlin, "Indispensáveis e enganosas, as imagens, testemunhas da história" e Roger Chartier, "A história hoje: dúvida, desafios, propostas". A apresentação da então diretora, Alzira Abreu, abrindo o número da revista testemunha onde havia chegado o Centro por ocasião de seus vinte anos:

Se quisermos entender a conjuntura na qual se deu a criação do CPDOC, devemos voltar à década de 1960, quando a situação da pesquisa histórica no Brasil era bem diferente da de hoje. Naquela época, os estudos sobre o Brasil, não só na área de história, mas das ciências sociais em geral, eram de tipo ensaístico, com pouca ou nenhuma utilização de fontes primárias de informação e escassos referenciais teóricos.

Os cursos universitários concentravam-se no período colonial e, quando analisavam o período republicano, não iam além da Revolução de 30. Os estudos de história contemporânea eram extremamente raros. A pesquisa sobre a sociedade brasileira e sua história, com poucas exceções, não se fazia dentro da universidade. Esse fato se ligava à própria estrutura universitária brasileira, que entre as décadas de 1930 e 1960 comportou as faculdades de filosofia, voltadas muito mais para a formação de professores para o ensino médio do que de historiadores, cientistas sociais ou professores universitários. (Abreu, 1994:4)

Cinco anos mais tarde, em mais uma publicação comemorativa – *CPDOC 25 Anos. Relatório de Atividades* – é possível confirmar os caminhos ensaiados na primeira década e mostrar o perfil de investigações que predominou. Na apresentação do Relatório comemorativo dos 25 anos da instituição, Lucia Lippi Oliveira, diretora do CPDOC, assim traduzia os objetivos que nortearam o conjunto da produção institucional:

Compreender os marcos políticos do Brasil contemporâneo; analisar os passos das elites regionais e nacionais; conhecer o papel dos indivíduos e das instituições no processo de tomada de decisões; desvendar as articulações entre a sociedade e sua representação foram objetivos que orientaram nosso trabalho. A captação de arquivos privados, a realização de entrevistas, assim como o desenvolvimento de projetos de pesquisa, foram guiados por essas questões ao longo destes anos. (CPDOC 25 Anos. Relatório de Atividades. Oliveira, 1998:11)

As pesquisas desenvolvidas trataram originalmente de explorar ao máximo as fontes documentais dos arquivos históricos que compuseram o acervo do Centro. Estavam ali contemplados os temas fundadores da ordem republicana brasileira e de sua reordenação a partir de 1930. O marco fundador estava preservado: a análise histórica e social dos arranjos políticos que se sucederam a partir de 1930. Duas grandes vertentes de pesquisa se firmaram como marca identitária do CPDOC: história e pensamento social e político brasileiro. Tais vertentes estiveram amparadas por uma abordagem que privilegiava a formação e a ação das elites políticas e intelectuais. A esse marco fundador somou-se a metodologia de história oral, um recurso adicional de pesquisa que deu ao CPDOC um enfoque inovador e uma visibilidade externa considerável, em âmbito nacional e internacional com a participação ativa que teve na Associação Nacional e na Internacional de História Oral. Pensamento Social Brasileiro; Elites, Instituições e Conjunturas Políticas; Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro; Forças Armadas, Estado e Política; Educação e Política Cultural no Brasil; Política Externa Brasileira e Relações Internacionais; Política Carioca e Fluminense; Justiça e Cidadania; Burocracias, Estado e Empresas constituíram-se nas linhas de pesquisa em torno das quais a produção intelectual do CPDOC se distribuiu.

Os trinta anos chegaram, em 2003. O projeto institucional foi registrar de forma mais permanente o trajeto e o alcance do que já se constituía como tradição do Centro. A publicação do livro *CPDOC 30 Anos* materializou esta intenção. Em seu índice encontramos a expressão do quanto já havia se consolidado uma tradição de trabalho. Os textos foram escritos por especialistas convidados, e em sua leitura tomamos contato com o balanço feito pela comunidade acadêmica das linhas e orientações metodológicas que prevaleceram na instituição. Os dez textos e uma apresentação da historiadora Marieta de Moraes Ferreira, diretora do CPDOC à ocasião, tratam dos temas, das linhas de pesquisa, dos projetos institucionais e dos 15 anos de publicação ininterrupta da Revista *Estudos Históricos*, editada desde julho de 1988. Os autores, pesquisadores de instituições de referência do Rio de Janeiro e de outros espaços, trataram da memória institucional em cada um de seus alicerces. Pelos títulos dos capítulos é possível acompanhar a estrutura do CPDOC: 1) O lugar da interdisciplinaridade (Gilberto Velho); 2) Centros de documentação e pesquisa histórica: uma trajetória de três décadas (Célia Camargo); 3) Vestígios do passado: acervo audiovisual e documentário histórico (Eduardo Scorel); 4) Conversando: o CPDOC no campo da história oral (Janaína Amado); 5) O DHBB e os brasilianistas (Michael L. Conniff); 6) O CPDOC e o pensamento social brasileiro (Elide Rugai Bastos); 7) Do autoritarismo à democracia: mapeando a longa evolução dos militares brasileiros (Kenneth P. Serbin); 8) Os estudos de política no Rio de Janeiro e a criação de um campo de pesquisa (João Trajano Sento-Sé); 9) Movimentos sociais e classes populares: uma linha de pesquisa subsidiária estratégica (José Sergio Leite Lopes); 10) *Estudos Históricos* – 15 anos! (Francisco J. Calazans Falcon). O balanço feito por cientistas sociais e historiadores externos obedeceu ao investimento temático e metodológico acumulado nas três primeiras décadas.¹⁵

As celebrações mencionadas corresponderam a etapas específicas do processo de institucionalização do CPDOC e o registro das três últimas – 20, 25 e 30 anos – reforça a cadeia estrutural que se formou em torno da matriz original onde se combinava história política e pensamento social. Na primeira

¹⁵ Cf. *CPDOC 30 anos*. [Textos de Célia Camargo et. al.] Rio de Janeiro: FGV Editora: CPDOC, 2003, 192pp.

chave (história política), o movimento das elites foi sendo ampliado com a inclusão de agentes institucionais, técnicos, econômicos, chegando às agências e aos atores estratégicos ao funcionamento do aparato estatal, entre eles, os militares e as instituições da justiça, além das lideranças de movimentos sociais responsáveis pela discussão sobre e por ações de cidadania. Parte substancial desse investimento está representada em vasta bibliografia produzida com recursos metodológicos da História Oral, e em desdobramentos mais analíticos com artigos em periódicos especializados, capítulos de livros, apresentações em congressos e programas de cursos e seminários organizados por pesquisadores do CPDOC ou por associações nacionais e internacionais, centros de pesquisa e programas de pós-graduação. A segunda chave – pensamento social – desdobrou-se igualmente em vasta produção bibliográfica onde se incluem pesquisas sobre formulação de projetos de nação que competiram na Primeira República e responderam, em maior ou menor grau, pela vertebração do pós-1930 nos ensaios mais ou menos exitosos de institucionalização de políticas para a cultura, educação e preservação da memória nacional. Trajetórias intelectuais, manifestações coletivas em rituais republicanos, atuação de profissionais da imprensa compuseram o eixo de análise onde é possível acompanhar a dinâmica das representações intelectuais frente ao movimento de um país às voltas com o projeto republicano. Ao mesmo tempo em que os arquivos eram o chão empírico e documental a partir do qual as pesquisas se desenvolviam, eram eles próprios ampliados por demandas provenientes das atividades e dos interesses suscitados pela pesquisa. Pesquisa e documentação eram as estacas sobre as quais a identidade institucional se configuraria.

Rotinas específicas provocaram, ao longo da maturação do CPDOC, cooperação/diferenciação igualmente específicas. A natureza do trabalho de pesquisa e a exigência de rotina mais previsível e regular das tarefas técnicas implicadas no tratamento e disponibilização de acervo constituíram-se em fonte de divisão do trabalho distinto, exigindo do conjunto de profissionais flexibilidade e acomodação aos pilares de sustentação dos setores estruturais de pesquisa e documentação. Mas se internamente grupamentos e articulações se delineavam como resposta às pressões provenientes da dinâmica do trabalho institucional, na relação "para fora", ou seja, para os órgãos de direção

da FGV, o CPDOC tinha que se fortalecer como grupo dada a fragilidade com que figurava diante dos demais centros ou escolas da FGV. Dependendo historicamente de financiamento para desenvolver atividades fins de pesquisa e documentação, o CPDOC desenvolveu ao longo dos anos de atividades uma capacidade de negociação e de estabelecimento de alianças com agentes internos e/ou externos à FGV como condição de avançar ou restringir suas atividades. Períodos de razoável estabilidade, cada vez mais raros, se mesclavam com rotinas de imprevisibilidade e vulnerabilidade correspondentes aos altos e baixos do mercado e/ou da posição da própria Fundação Getúlio Vargas, como instituição mantenedora. A sobrevivência e continuidade dependeram da capacidade que a instituição teve de fazer pesar mais a dimensão cooperativa, mesmo se tendo em conta a impossibilidade de neutralizar ou eliminar situações de crise e de extrema fragilidade. As teorias sociológicas das organizações nos dão elementos bastantes para esta reflexão a respeito das dinâmicas organizacionais.

Cientistas Sociais, Historiadores e uma Produção Intelectual

A equipe original do CPDOC foi constituída de cientistas sociais e historiadores, como dissemos, de mulheres predominantemente. Entre os 37 pesquisadores dos primeiros dez anos de atividade, contavam-se vinte e oito mulheres e nove homens. Em 2002 esta composição se alterou ligeiramente, mas ainda assim, manteve-se a predominância feminina – 34 mulheres e 16 homens. O que, no entanto mais chama a atenção no conjunto é a multidisciplinaridade na formação do corpo de pesquisadores. Dos 50 pesquisadores contabilizados, 13 se graduaram e se doutoraram em Ciências Sociais; 10 se graduaram em História e se doutoraram em Ciências Sociais (Sociologia, Antropologia, Ciência Política); seis apenas tiveram a formação estrita em História (graduação, mestrado e doutorado); quatro se graduaram em História, concluíram o mestrado em Ciências Sociais e se doutoraram em História; e três se graduaram em Ciências Sociais e se doutoraram em História. Os 170 livros contabilizados no período definido como recorte para análise neste texto (1973 e 2005) são a expressão do cruzamento que se produziu

entre a mescla de formação diversificada dos pesquisadores e os objetivos que nortearam as atividades do CPDOC. De forma aproximada, é possível que historiadores, cientistas sociais e arquivistas se influenciaram de forma a configurar um tipo específico de produção no campo das ciências sociais e da história com marcas muito visíveis. Livros produzidos por historiadores valorizaram o cruzamento das informações documentais com o aparato conceitual das ciências sociais. E, de torna viagem, livros de autoria de cientistas sociais incorporaram como parte do tratamento analítico ali dispensado as fontes, documentos e aportes oriundos do campo da história.

A visível interação entre história e sociologia, responsável por mais de 150 títulos, talvez seja o traço mais permanente e próprio do que se desenvolveu como trabalho de uma equipe multidisciplinar. Ainda que criado por um grupo de cientistas sociais, a orientação histórica exerceu capilaridade nas demais áreas de formação, e se refletiu na produção do CPDOC. Uma história marcada por inquietações sociais e políticas e uma sociologia pautada pela conjuntura histórica que informou as questões eleitas para tratamento combinaram-se nas três décadas iniciais da instituição de maneira singular. Grandes processos sem consideração de atores ou sucessão de acontecimentos sem referência a contextos sócio-políticos iluminados por conceitos provenientes das ciências sociais pareceram sempre estranhos aos propósitos acadêmicos que nortearam a criação dos grupos de pesquisa e dos projetos institucionais ao longo do período aqui contemplado. Certamente responde por esse fenômeno refletido na produção intelectual a marca fundadora de uma instituição escorada em forte base documental. Mesmo os dois campos pelos quais o CPDOC foi sendo progressivamente conhecido – o da metodologia de história oral e, mais recentemente, a valorização da imagem como fonte historiográfica – foram desdobramentos do investimento continuado no tratamento da documentação histórica. Também aqui, na eleição e reflexão sobre metodologias de História Oral pressões e estranhamentos internos e externos contribuíram para seu desenvolvimento. Como atribuir valor acadêmico a uma história produzida com depoimentos dos atores? Que atores? Portadores e produtores de que "ilusões biográficas"? História dos vencedores? Que parâmetro intelectual seria admissível para cancelar tais procedimentos de pesquisa? Como justificar intelectualmente a assunção

da imagem como parte da reflexão e não apenas como adorno e ilustração? As provocações vindas do interior do corpo de pesquisadores e também de instâncias de consagração externas (agências de formação acadêmica, associações e interlocutores de referência) estimularam e obrigaram a produção de respostas intelectuais. Parte da produção do CPDOC se concentrou no desenvolvimento analítico de tais respostas, e acabou se tornando referências dentro e fora da instituição.

Artimanhas da memória

Preparando-me para concluir, aciono como desfecho o projeto que mobilizei como acontecimento que delimitou o período aqui tratado: a criação, em 2005, do Curso de Ciências Sociais com a fundação, dentro do CPDOC, da Escola Superior de Ciências Sociais.

É possível que a marca mais visível do que deveria ser a exigência de ampliação e estabilidade na própria instituição mantenedora tenha sido a criação da Escola Superior de Ciências Sociais. Foi um projeto pensado, elaborado e desenvolvido com a equipe de cientistas sociais do corpo permanente da instituição. A novidade viria como contraponto ao movimento de origem. Uma instituição conhecida e respeitada nacional e internacionalmente pelo que cuidou da preservação da memória, tratamento de acervo e pesquisas em história do Brasil abre sua era de ensino na graduação com um curso de Ciências Sociais. Um centro de história propondo o curso de ciências sociais. Tal decisão foi fruto da convicção política de uma historiadora que dirigia a instituição e que confirmava por esta decisão uma tradição de décadas da aposta no cruzamento de História com Ciências Sociais fortalecendo ambos os campos e distinguindo a própria tradição institucional. Havia ainda nas considerações o fato de haver na tradição da Fundação Getúlio Vargas um espaço não preenchido de formação sistemática em Ciências Sociais, embora a própria instituição tenha, em diversas ocasiões, apoiado, incorporado e estimulado, de forma não sistemática, tal investimento. Basta lembrar o elenco de professores e pesquisadores inequivocamente vinculados à tradição das Ciências Sociais que percorreram a rotina de cursos, especialmente oferecidos pela Escola

Brasileira de Administração Pública (EBAP), posteriormente, Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE). Estiveram na EBAP, e deixaram ali sua marca, intelectuais como Alberto Guerreiro Ramos, Wanderley Guilherme dos Santos, Simon Schwartzman, Elisa Reis, Bolivar Lamounier, para apenas citar alguns dos mais conhecidos.¹⁶ Portanto, a proposição de investimento no campo das ciências sociais soava recuperar em tempos contemporâneos algo da tradição da própria instituição mantenedora.

Tradições institucionais se constroem na obediência e, sobretudo, na fidelidade a princípios. A recuperação dos fragmentos de memória dispostos em depoimentos, escritos, entrevistas e documentos oficiais que moveram o CPDOC, se traduziu em algumas apostas que talvez nos deem elementos para reflexão. Sociologicamente talvez as pudéssemos traduzir nas seguintes proposições: a) a convicção de que o grupo é mais forte do que o indivíduo; b) de que a solidariedade, a reciprocidade e a confiança são esteios da convivência social e da vida interativa; c) a valorização da ação movida pelo "interesse bem compreendido", na evocação toquevilleana, interesse movido por valores e não restritamente alimentado pelo egoísmo do puro cálculo, como aquela ação que alimenta relações duradouras que se consagram nos costumes e nas crenças socialmente consequentes; d) por último, e não menos importante: a emoção, a afetividade e o sentimento coletivo como partes da rotina de trabalho e de vida fazem do experimento profissional o exercício aprimorado da experiência humana. Tais pressupostos, de certa maneira, habitaram as declarações dos membros que constituíram o corpo de pesquisadores, algumas vezes, inclusive, acionados como pontos críticos a serem ultrapassados, sobretudo a atmosfera de certo coletivismo estimulador de comportamentos menos competitivos e menos adequados ao ambiente mais individualizado da experiência institucional contemporânea.

Nada há de banal na montagem e na permanência de uma instituição que se moveu orientada por essa bússola. Momentos de muita insegurança, outros de aparente descontrole, alguns ainda a sugerir instabilidade e fragilidade incompatíveis com os requisitos racionais exigidos das rotinas institucionais.

¹⁶ Cf. Helena Bomeny e Marly Motta. *A Escola que faz Escola: EBAPE 50 anos*. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2002, 457pp.

Em um momento da vida social onde motivos e escolhas se fragmentam em casualidades e dispersão, onde, como nos ensina Bauman, se opera uma mudança fundamental na lógica da convivência humana – com força maior na "política da vida" do que na aposta em processos institucionais e permanentes, o CPDOC enfrenta hoje outro desafio. O de assegurar ou recriar em bases contemporâneas a força agregadora de um passado que institucionalizou uma tradição e que se mantém como referência.

Passados trinta e nove anos, o CPDOC está longe de ser uma instituição predominantemente feminina, e já não se compõe mais de um grupo geracional predominante. Mas é, ainda, a instituição que luta contra resistências para preservar de forma integrada tradição e contemporaneidade. A paisagem institucional que hoje se espalha nos corredores e nas salas de aula e de trabalho está alterada pela renovação dos quadros de professores e pesquisadores. E pela multiplicação de atores que invadem a cena cotidiana provenientes dos diversos cursos de graduação mantidos pela FGV entre os quais os da própria Escola de Ciências Sociais.

A criação da Escola foi menos sentida internamente do que seu pleno funcionamento, o que é bastante esperado. A incorporação em um Centro de pesquisa de um programa de pós-graduação tem como efeito imediato a ampliação das atividades dos pesquisadores, mas em grande medida, mantém a identidade da instituição razoavelmente inalterada. Um programa de pós-graduação é uma oferta que a instituição faz a partir das competências que acumulou, e que são publicamente conhecidas. São as variáveis fundamentais que pesam na avaliação dos que decidem ali ingressar. São os cursos, muitas vezes, extensões das habilidades e campos de trabalho provenientes de investimento prolongado de seus pesquisadores. Oferecem ao público suas especialidades e competências dando visibilidade em outros fóruns daquilo que acumularam ao longo de sua existência. O impacto de uma escola de graduação é muito distinto. E por razões bastante racionais e claras. Uma escola de graduação é mais do que um grupo de cientistas sociais. Mais do que competências específicas de um grupo de pesquisadores. Ela pressiona o grupo com demandas e dinâmicas que exigem configurações que extrapolam os ambientes de pesquisa. Cursos, estudantes, demandas regulatórias, exigências de mercado pressionam a comunidade envolvida em direções nem sempre previsíveis. E

impactam decisivamente a rotina da instituição. Se um programa de pós-graduação replicar as competências instaladas, pode ser exitoso; um programa de graduação circunscrito às competências instaladas dos professores pode fracassar. Há uma distância entre formação básica da graduação e os interesses de pesquisa dos pesquisadores. A pressão é externa, é do público, comparativa aos demais programas concorrentes, além de implicar o atendimento a um cardápio esperado daqueles que entram em um curso de formação universitária. O fato da grande parte dos pesquisadores do CPDOC exercer a função de magistério em graduações de outras instituições de ensino fortaleceu a decisão de trazer para dentro da instituição o experimento já desenvolvido externamente. Experientes como professores, teriam agora os pesquisadores que combinar internamente suas atividades de pesquisa com magistério.

Se a categoria mobilizadora na criação do CPDOC foi a compreensão do passado para entendimento daquele presente que desafiava a imaginação sociológica, a categoria que inquieta a rotina de uma Escola é o futuro. Para onde irão os que aqui se formarem? Que lugar terão os que receberem a formação a eles e a elas destinada? Que atualidade os ensinamentos ministrados têm? Como se mover diante da aceleração das ofertas e da diversificação de demandas? Estamos em nota mais sociológica do que histórica, e temos o futuro como referência e fonte de aprendizado. No entanto, a instituição que se legitimou frente à sociedade e aos fóruns de avaliação para levar adiante um projeto de graduação em Ciências Sociais é uma instituição consagrada pelo esforço de manter a história como fundamento. E que mantém – chegando aos quarenta anos de existência – o compromisso com a disponibilização da informação, agora por meio do acesso pela internet ao acervo sob sua guarda. Quanto desse ideário se manterá e como seguir sem perder os fios que teceram a teia constituída nas quase quatro décadas são os dilemas mais visceralmente inquietantes em uma reflexão desarmada sobre memória institucional.

Bibliografia

Fundação Getulio Vargas. Concretização de um ideal. Maria Celina D'Araújo (org). Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

Helena Bomeny e Marly Motta. *A Escola que faz Escola: EBAPE 50 anos.* Rio de Janeiro, FGV Editora, 2002, 457pp.

Sergio Miceli (Org.). *História das ciências sociais*. São Paulo: Sumaré, 1995, v.2, p.233-307.

A Revolução de 30: seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, setembro de 1980. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982. 722 p. (Coleção Temas Brasileiros, 54).

Suely Braga (org). *Luiz Simões Lopes: fragmentos de memória*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.

CPDOC 30 anos/Textos de Célia Camargo [et al]. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 2003.